



PROGRAMA 207

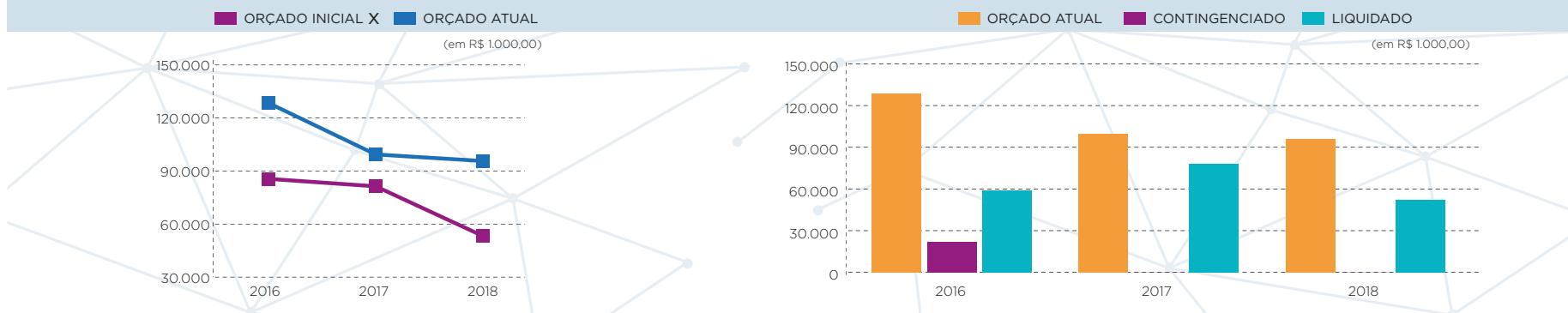
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PROGRAMA 207 – MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Temas Estratégicos	Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica
Ementa	Desenvolvimento Sustentável; Áreas protegidas; Manejo sustentável de bacias; Energias renováveis; Resíduos e reciclagem; Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE); Proteção dos recursos naturais; Serviços ambientais; ICMS Verde; Economia Verde e Empregos Verdes.

ÓRGÃO(S)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
CASA CIVIL	0	0	2	2
SDE	0	1	4	8
SEAGRI	2	1	4	6
SEMA	10	4	34	67
TOTAL	12	6	44	83

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	85.581,00	128.456,17	21.950,14	58.969,30	58.877,67
2017	81.358,00	99.388,54	0,00	78.300,92	77.804,21
2018	53.305,00	95.683,78	0,00	52.292,75	51.807,91



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa - EV_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa - Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa - Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa - IDP (%)	Grau	Situação
79,17	81,82	43,33	73,06	3	BOM

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 207 – Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme o PPA vigente, possui seis Compromissos, 44 Metas e 12 Indicadores, cuja execução envolve quatro Órgãos (Secretaria do Meio Ambiente – SEMA; Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE e Casa Civil) e 14 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos cinco temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade (presente em seis Compromissos) e Gestão Governamental e Governança Socioeconômica (presente em três Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **73,06%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **79,17%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **81,82%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **43,33%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de nove Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto dois outros apresentam evolução contrária à sua polaridade e um com evolução nula. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP1 - Área total em restauração;
- IP2 - Nº de caranguejos distribuídos para repovoamento;
- IP4 - Passivo de Processos de Licenciamento Ambiental (exceto Atos Florestais, Atos Declaratórios e outorgas);
- IP5 - Proporção da implementação de instrumentos de gestão de Recursos Hídricos; e
- IP6 - Proporção de áreas de pequenos imóveis rurais cadastrados no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR);
- IP7 - Proporção de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade - APCB com estratégia de conservação implementada;
- IP9 - Proporção de Lista de espécies ameaçadas e Planos de Ação concluídos;
- IP10 - Proporção de municípios acompanhados pelo Programa Gestão Ambiental Compartilhada - GAC; e
- IP12 - Proporção dos instrumentos de Planejamento e Ordenamento Territorial Ambiental implementados.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se nos desempenhos negativo e nulo, nessa ordem:

- IP3 - Passivo de Processos de Fiscalização Ambiental e IP11 - Proporção de Unidades de Conservação Estaduais com Planos de Manejo e Conselho Gestor ativo; e
- IP8 - Proporção de lagoas urbanas repovoadas com carpas prateadas na RMS.

Dentre os comentários sobre a evolução positiva dos Indicadores, apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento - USP responsáveis, merece destacar como condições favoráveis: (i) a ampliação de serviços e da capacidade instalada, no âmbito dos órgãos e unidades envolvidos; e (ii) a ocorrência de oportunidades de financiamentos externos. Por outro lado, impeditivos de ordem institucional, a exemplo de redução ou insuficiência de recursos orçamentários, financeiros ou humanos, contribuíram para a não evolução do indicador.

Com relação à sua representatividade, observa-se que os Indicadores apresentam aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas.

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que, dos seis Compromissos, quatro estão vinculados, individualmente, a vários Indicadores, enquanto que apenas um dos Indicadores é sensibilizado por mais de um Compromisso, aspecto que contribui para a representatividade do conjunto de Indicadores do Programa. Também merece ser observado o fato de que um Compromisso do Programa não está vinculado a Indicador, a saber:

- C7 - Promover o uso sustentável dos resíduos oriundos das principais cadeias produtivas.

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de dois novos Indicadores, que passaram a ter validade a partir de 2018. São eles: IP2 e IP8.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 6 Metas (13,64%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 1 Meta (2,27%) está com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 26 Metas (59,09%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 13 (29,55% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 11 (25,00% do total de Metas), uma execução superior a 100%; e
- 11 Metas (25,00%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018.

Pode ocorrer, no entanto, que algumas dessas Metas se encontrem em andamento, cuja execução será registrada em exercício posterior.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a otimização dos recursos orçamentários, financeiros e da produtividade técnica; ii) a ocorrência de oportunidades ou novas formas de atuação não vislumbradas ou praticadas; e iii) a realização de investimentos na infraestrutura física e capacidade instalada. Por outro lado, o impeditivo de ordem normativa ou institucional e a insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros contribuíram para a execução abaixo de 60%.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III do PPA em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA, verifica-se a seguinte situação:

- 21 Metas (47,73% do total de Metas) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 5 Metas (11,36% do total de Metas), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 18 Metas (40,91% do total de Metas) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 15 (34,09% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 11 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 4 com Grau de Eficácia 1. Vale registrar que algumas dessas Metas podem se encontrar em processo de execução, com conclusão prevista para o final do PPA.

Considerando as 40 Metas relacionadas aos 5 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 27 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso de Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos graus de **Execução Orçamentário-Financeira** dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa**, considerando os três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018).

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **46,67%** em 2016, **55,56%** em 2017 e **27,78%** em 2018, resultando na média de **43,33%**. Vale destacar o fato de um Compromisso (C7 - Promover o uso sustentável dos resíduos oriundos das principais cadeias produtivas) não possuir execução orçamentária nos três exercícios do PPA-P, embora tenha havido previsão de recurso orçamentário para sua execução.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 55,37%;
- 2017: 78,78%; e
- 2018: 54,65% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Cabe salientar que três Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por **96,42%** do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir:



- C2 – Promover a restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos – com 24,59%;
- C3 – Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos – com 27,94%; e
- C4 – Aprimorar a qualidade e o controle ambiental – com 43,89% .

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 81,73%, 50,45% e 61,22%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento Atual abrangem 61,36% do total de Metas. Além disso, tais Metas têm como característica a implantação de planos, programas e projetos, a operacionalização de fiscalizações e regularizações ambiental, a requalificação e funcionamento de estruturas físicas e unidades. Esses dois elementos possivelmente motivam o maior aporte de recursos direcionados e esses Compromissos. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação direta com a realização de estudos, apoios, campanhas de sensibilização e demais ações, cuja execução, em geral, não requer maior volume de recurso.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente baixo (**43,33%**), mas o seu impacto no IDP do Programa Gestão Meio Ambiente e Sustentabilidade é atenuado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. Entretanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa fosse mais vigoroso. Vale lembrar que o nível da execução orçamentário-financeira do Programa é influenciado pelo comportamento de cada Compromisso do Programa. Nesse sentido, os Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado relativamente baixo da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

2.3 Conclusão

O Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Contudo, dois pontos merecem atenção. O primeiro é o fato de que 25% das suas Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica” no III ano do PPA-P. A forma de conceber algumas Metas pode ter contribuído para esse comportamento, impossibilitando a observação do que ocorre entre o início da execução destas Metas e a sua conclusão. O segundo refere-se ao fato de metade dos Compromissos, envolvendo 38,64% das Metas do Programa, possuir participação média inexpressiva no montante do Orçamento Atual (3,60%). No entanto, este segundo ponto pode evidenciar que o Programa tem conseguido dinamizar sua gestão para a consecução de suas entregas de forma suficiente, mesmo diante de uma conjuntura política e econômica restritiva.

Por fim, cabe salientar que o **Bom Desempenho** se materializa, primordialmente, em ações de governo voltadas à:

- Regularização ambiental de 189 mil cadastros de imóveis rurais da agricultura familiar, com até quatro módulos fiscais, beneficiando todos os municípios baianos;
- regularização ambiental de, aproximadamente, 9,7 mil processos de atividades e empreendimentos impactantes;
- realização de, aproximadamente, 1,3 mil fiscalizações ambientais;
- operação de cinco redes de monitoramento (climatológica, de qualidade de rios e reservatórios, de balneabilidade das praias, hidrometeorológica e hidrogeológica);
- reconhecimento de cinco Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, visando promover a conservação da diversidade biológica, a proteção de recursos hídricos e o manejo de recursos naturais, dos Territórios Litoral Sul e Baixo Sul, beneficiando os municípios de Maraú, Ituberá, Piraí do Norte e Jaguaripe; e
- implementação da ação de gestão de fauna no Estado, através do cadastramento da primeira área de soltura no município de Campo Formoso, que irá compor o mapeamento de áreas para soltura de animais silvestres.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018